

## Educação Profissional no Brasil: Análise do projeto industrial burguês nos anos 1930 e 1940

Eraldo Leme Batista<sup>1</sup>

Neste texto, analisarei a questão da educação profissional no Brasil, nos anos 1930 e 1940, buscando apontar os diversos interesses em jogo, as diversas propostas e os atores que propunham, sob diversas matrizes a educação profissional. Lembro que pretendo privilegiar a análise das idéias dos industriais via revista do IDORT.

Mesmo que pretenda focar os anos 30 e 40, aponto que o debate em torno da educação profissional já estava colocado no país no início do século XX e que no decorrer dos anos, irá se acentuar, principalmente com a organização dos industriais no CIESP e com a criação do IDORT<sup>2</sup>, na década em 1931<sup>3</sup>. A Lei nº 1.184 de 3 de dezembro de 1909, já apontava para a preocupação de educação dos jovens filhos dos operários.

Esta lei determinou a criação de escolas noturnas, na capital e no interior, especificando que elas deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. A prioridade de instalação dessas escolas seria daquelas que tivessem acomodações oferecidas pelas empresas, e o professor seria sempre provido pelo governo estadual. A articulação com as fábricas deveria se dar, também, na definição do horário escolar (CUNHA, 2005, p. 141).

A partir dos apontamentos deste autor, verificamos também a articulação do setor privado com o Estado, que buscava garantir que estas escolas tivessem como principal objetivo atender aos interesses da elite industrial. Em 1909 o governo do Estado de São Paulo, estabelece contratos com o setor privado e instala escolas profissionalizantes com o objetivo de formar força de trabalho qualificada para o trabalho fabril.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação/Unicamp, membro do grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR FE/UNICAMP, membro do grupo de estudos e pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação. Membro da Rede de Estudos do Trabalho: eraldo\_batista@hotmail.com/eraldo\_batista@yahoo.com.br

<sup>2</sup> O IDORT tinha como um dos seus objetivos “(...) estabelecer um novo paradigma para nortear as relações entre as classes sociais. Ao invés do conflito, das lutas de classes tão evidentes naquele período histórico, buscava-se a conciliação entre as classes, fator igualmente fundamental para a aceleração do desenvolvimento industrial (PICHELLI, 1997, pgs 15-16, grifos meus).

<sup>3</sup> Os industriais paulistas já estavam articulados em torno de projeto industrial para o país, desde o início do século XX, sendo que este processo se acentua, com a cisão da Associação Comercial de São Paulo, ocorrida em maio de 1928. Desta cisão, surge o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), que tinha como objetivo defender os interesses industriais.

Em sua pesquisa, Cunha (2005) nos informa que conforme o texto da lei nº 1,192, de 22 de dezembro de 1909, expressava a persistência da idéia do ensino profissional como algo destinado aos desvalidos, em consonância, aliás com a exposição de motivos do decreto do presidente de República, desse mesmo ano:

Fica o Governo autorizado a contratar com estabelecimentos industriais, agrícolas ou beneficentes de reconhecida idoneidade, a educação profissional de menores pobres, não criminosos de ambos os sexos, que tenham mais de 11 anos de idade e que, por falta de proteção paterna ou tutelar, estiverem abandonados (CUNHA, 2005, p. 142).

O debate em torno da educação profissional<sup>4</sup> com o decorrer do tempo vai ganhando maior importância em diversos setores da sociedade: Acadêmico, empresarial, governamental.

Entendo que O IDORT, foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil, mas que foi na década de 1940 que os industriais conseguiram, com apoio do Estado, criar uma importante escola de formação dos trabalhadores. Foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional o Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino<sup>5</sup>. Esta reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

A partir dos estudos realizados, compreendo que os industriais tinham como estratégia, formar os trabalhadores brasileiros, como mecanismo de diminuir ou mesmo retirar do setor fabril os trabalhadores estrangeiros<sup>1</sup>, pois os mesmo em sua maioria

---

<sup>4</sup> A principal referência do IDORT, com relação à educação profissional, foi Roberto Mange, “ O introdutor dos métodos tayloristas nas instituições de formação profissional e na organização do trabalho no Brasil (...) nasceu em 1885, na cidade suíça de La Tour-de-Peilz. Filho de um Diplomata, fez seus estudos na Alemanha (...) Contratado em 1903, com a idade de 28 anos, para lecionar desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, influenciou profundamente várias gerações de engenheiros que , após passarem por suas mãos, ocuparam altas cargos na burocracia estatal e nas empresas públicas (BRYAN, 2009, p. 25).

<sup>5</sup> Estes foram os decretos-lei, criados por Capanema em 1942/43:

- Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI;
- Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
- Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

<sup>1</sup> Com a chegada dos trabalhadores imigrantes da Europa, concepções pedagógicas como as de Francisco Ferrer, ganharam rápido desenvolvimento nos centros urbanos brasileiros. Trabalhadores organizados sob a bandeira do anarquismo criaram várias “Escolas Livres” que se contrapunham à chamada pedagogia tradicional (PICHELLI, 1997, p. 76).

tinham ideologias “estranhas” eram “contestadores” e podiam criar “problemas” para o projeto nacionalista de industrialização do país.

Diferente de anos anteriores, em que se defendia a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, por serem os mesmo qualificados, neste novo momento histórico do país (década de 1930) ganha força no setor industrial a idéia de que se fazia urgente e necessário a substituição da força de trabalho estrangeira<sup>7</sup>, por trabalhadores nacionais, pois não tinham “vícios” e “idéias complicadas”, “estranhas”.

O Brasil não necessita de braços, pois não aproveitou nem curou, ainda, de aproveitar os trabalhadores nacionais (...) Para suas necessidade atuais, o Brasil dispõe de braços suficientes, perfeitamente aptos, suscetíveis das mais árduas e dedicadas tarefas, quer na agricultura, quer na indústria, quer como inteligência, quer como resistência (...) Apesar de ser inteligente, dedicado, fiel, resistente, à fadiga, como poucos, adaptando-se facilmente aos mais difíceis misteres e às mais complexas manipulações industriais (...) Desamparado, vergando ao peso do anátema de ‘vadio’ e ‘preguiçoso’ de incapaz e malandro ( PICHELLI, 1997, p.6).

Os efeitos destas idéias são constatados já nos anos 30 em decorrência da diminuição da imigração para o Brasil e crescente processo de migração para as principais cidades como, por exemplo, São Paulo, como bem nos informa Pichelli (1997) “entre o período de 1931 e 1946, chagaram a São Paulo 651.762 migrantes internos contra 183.445 estrangeiros. Já no período anterior, entre 1881 e 1930, os estrangeiros somavam 2.250.570, contra apenas 289.179 nacionais” (PICHELLI, 1997, p. 6).

Constatando a necessidade dos trabalhadores nacionais compor definitivamente a força de trabalho no país, como estratégia também de substituir esta força de trabalho nacional pelos estrangeiros, tornava-se indispensável educar, instruir e preparar o trabalhador brasileiro para o mercado de trabalho. Lembramos que esta preocupação dos industriais, torna-se mais evidente, com o crescimento dos projetos de industrialização do país, principalmente após Getúlio Vargas<sup>8</sup>, assumir o poder no Brasil.

---

<sup>7</sup> Buscando limitar a vinda de trabalhadores para o Brasil, baixou-se decreto de nº 4.247 de janeiro de 1921, onde se estabelecia normas para os casos de expulsão. Este decreto teve complementação com outro de nº 4.743 de outubro de 1923 (NAGLE, 1974).

<sup>8</sup> A política sindical ao mesmo tempo que inibia as mobilizações de classe, restringia também a atuação dos trabalhadores nas entidades sindicais, “que constituíam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários, além da proibição explícita ao sindicato de exercer qualquer atividade política e ideológica (ANTUNES, 1980, p. 77).

Neste sentido é que seria fundamental e urgente um projeto educacional que possibilitasse a formação de um novo homem, porém que fossem “operários dóceis, saudáveis e produtivos, além de uma nova elite, capaz de comandar a sociedade dentro dos novos princípios da ordem burguesa”<sup>8</sup> (PICHELLI, 1997, p.6).

Em seus estudos, Romanelli (2006), observa que outros fatores também contribuíram para a restrição da importação de trabalhadores estrangeiros. Segundo esta mesma autora:

(...) É conveniente lembrar que a época exigia uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil. Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria, porque esta se vinha provendo de mão-de-obra especializada, mediante importação de técnicos. O período de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados. Isso suscitava um duplo problema para o Estado: de um lado, ter de satisfazer as necessidades de consumo da população com produtos de fabricação nacional (...) o que significava ter de expandir o setor industrial brasileiro e, com isso, absorver mais mão-de-obra qualificada – e, de outro lado, já não poder contar com a importação desta, pelo menos no mesmo ritmo em que ela se processava (ROMANELLI, 2006, p. 155).

Daí a informação dada pela mesma autora, de que é a partir deste processo, que surge a idéia dos industriais brasileiros, de treinar trabalhadores nacionais, surgindo a partir desta preocupação a necessidade urgente de se criar uma escola de formação de trabalhadores, inicia-se neste período o surgimento do SENAI<sup>9</sup>.

Somando o descontentamento com os trabalhadores estrangeiros, mais os problemas em decorrência da guerra, é que cresce no interior dos industrialistas a necessidade de se criar esta escola. Neste sentido é que o Governo Federal, cria o sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias via CNI (Confederação Nacional das Indústrias). (ROMANELLI, 2006, p.155).

---

<sup>8</sup> A partir destas preocupações dos industriais brasileiros é que se cria em 1931, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho (PICHELLI, 1997).

<sup>9</sup> Romanelli (2006) nos informa que “O decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criava, então o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todos os país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, ‘cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem’” (ROMANELLI, 2006, p. 166).

O trabalho qualificado, era compreendido neste período como meio de se manter a ordem<sup>10</sup>, evitar a desordem, mas também como “instrumento inteligente de produção industrial” e para garantir e implementar esta ideologia, se dispunha de instituições educacionais como Liceus de Artes e Ofícios<sup>11</sup> e os asilos desvalidos (CUNHA, 2005).

Formação/educação profissional para os trabalhadores era um dos principais objetivos do IDORT, tanto que Lourenço Filho e Roberto Mange, eram responsáveis no interior desta organização empresarial, pela questão educacional. Tenca (2006, p. 40), ao analisar a questão da educação no interior do IDORT, entende que;

Na educação, o Instituto de Organização e Racional do Trabalho exerceu um papel dos mais importantes na vasta empresa voltada para o controle do tempo do trabalhador, em âmbito regional e nacional. Das inúmeras atividades desenvolvidas nessa área, penso ser importante citar, considerando o tema deste trabalho, a Escola Livre de Sociologia e Política e os cursos voltados diretamente para a formação de trabalhadores.

Importante lembrar que o principal entusiasta e articulador para que se concretizasse a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, era Roberto Simonsen, Presidente da FIESP e fundador do IDORT.

Na inauguração desta escola em 1933, Simonsen deixava claro os objetivos definidos para a escola;

(...) Essa escola tem que possuir um tal programa que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo (SIMONSEN, apud TENCA, 2006, p. 40).

---

<sup>10</sup> As diferenças de classe no início da República era claro, pois somente a classe que tinha posses é que tinha o direito do não-trabalho, sendo que os pobres que não trabalhavam eram tidos como vadios e passíveis de punições pela justiça (...) a vagabundagem não constituía um crime, mas uma contravenção, isto é, a não observância de preceitos legais ou de regulamentos, mas entendia-se que a vadiagem era propiciadora de crimes (CUNHA, 2005).

<sup>11</sup> Cunha (2005) nos informa que as estradas de ferro “tiveram grande importância na introdução no Brasil, em São Paulo, particularmente, do ensino de ofícios associando oficina e escola. Desde o início do século, as empresas ferroviárias mantinham escolas para a formação de operários destinados à manutenção de equipamentos, veículos e instalações. A primeira delas, a Escola Prática de Aprendizagem das Oficinas foi fundada em 1906, no Rio de Janeiro, mantida pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Mas foi a grande densidade de estradas de ferro no Estado de São Paulo, ligando as frentes de expansão cafeeira ao porto de Santos, que criou condições para que, na década de 1920, se unificassem as atividades de ensino de ofícios das empresas ferroviárias (CUNHA, 2005, p. 115-116).

Simonsen (1933, p. 7), apresenta ainda sua visão sobre o papel da escola de sociologia e política, como estratégico para a formação da elite nacional.

A formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primaciais das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que inspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial, para colimar seus objetivos, todas necessitam e exigem, cada vez mais, elementos da elite em sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor. São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais fielmente aparelhar a nossa sociedade, como meio de mais fielmente aparelhar a convenientemente escolha de seus homens de governo (SIMONSEN, 1933, p. 7).

WEINSTEIN (2000), também analisa este movimento e o processo de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, que em sua fundação é divulgado um manifesto

Sobre os objetivos desta escola. Conforme Weinstein (2000, p. 94), o manifesto propunha a formação de uma:

(...) elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos (...) capaz de compreender o meio social. Inspirados na sociologia positivista, os fundadores da escola consideravam a pesquisa 'apolítica' e científica feita por especialistas o instrumento adequado para resolver conflitos sociais e também uma forma de eliminar temas controversos como salários, condições de trabalho, e padrão de vida da arena política e da luta de classes. Esses objetivos estavam em plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização (WEINSTEIN, 2000, p. 94).

Tenca (2006, 41), entende que o IDORT, a partir dos anos 30;

(...) foi marcante na reorganização do ensino profissional no Brasil, na estruturação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP); na criação do Sesi e do Sesc; na Reorganização Administrativa do Governo do Estado (Rage), em São Paulo; em iniciativas vinculadas direta ou indiretamente à Fiesp, como na criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, antecipando-se mesmo à constituição da Universidade de São Paulo, criada em 1934, no governo de Armando Salles de Oliveira, que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do IDORT em 1931. Esses fatos indicam a interferência direta dos representantes da indústria paulista na implementação de políticas sociais, de um lado, e, de outro, o investimento na reestruturação da burocracia, tanto no setor privado como em instituições governamentais.

Ao mesmo tempo que os industriais fundam a Escola Livre de Sociologia e Política para formação profissional dos trabalhadores, para trabalharem na indústria que

estava sofrendo alterações significativas, os mesmos criam a Universidade de São Paulo, com o objetivo claro de formação da elite industrial, empresarial paulista.

Em seus estudos, Romanelli (2006), observa que outros fatores também contribuíram para a restrição da importação de trabalhadores estrangeiros. Segundo esta mesma autora:

(...) É conveniente lembrar que a época exigia uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil. Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria, porque esta se vinha provendo de mão-de-obra especializada, mediante importação de técnicos. O período de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados. Isso suscitava um duplo problema para o Estado: de um lado, ter de satisfazer as necessidades de consumo da população com produtos de fabricação nacional (...) o que significava ter de expandir o setor industrial brasileiro e, com isso, absorver mais mão-de-obra qualificada – e, de outro lado, já não poder contar com a importação desta, pelo menos no mesmo ritmo em que ela se processava (ROMANELLI, 2006, p. 155).

Daí a informação dada pela mesma autora, em que informa que é a partir deste processo, que surge a idéia dos industriais brasileiros, de treinar trabalhadores nacionais, surgindo a partir desta preocupação a necessidade urgente de se criar uma escola de formação de trabalhadores, inicia-se neste período o surgimento do SENAI<sup>120</sup>.

A Constituição de 1937, por exemplo, em seu artigo nº 129, determinou um papel inédito para o Estado, as empresas e sindicatos no tocante a educação profissional das “classes menos favorecidas”. Conforme este artigo:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (CUNHA, 2055, p. 28).

---

<sup>12</sup> Romanelli (2006) nos informa que “O decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criava, então o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todos os país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, ‘cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem’” (ROMANELLI, 2006, p. 166).

Romanelli (2006) nos informa, por exemplo, que em 1942, o Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, dá início à reforma de alguns ramos do ensino denominadas de Leis Orgânicas. As leis que estruturaram o ensino técnico-profissional, começaram a serem promulgadas de forma gradativa, sendo que as leis do ensino técnico ficaram assim definidas;

a)- Em 30 de Janeiro de 1942, o decreto-lei nº 4073 organizava o ensino industrial (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b)- em 28 de dezembro de 1943, saía a Lei Orgânica do Ensino Comercial, pelo decreto-lei nº 6.141; c)- e, em 20 de agosto de 1946, findo, portanto, o Estado Novo, saía o decreto lei 9.613, chamado Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 2006, p. 154).

Ao analisar estes decretos, Romanelli (2006) nos informa que o ensino industrial, a criação das escolas de aprendizagem foi de “(...) um aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela uma preocupação do governo de engajar as indústrias da qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros”. Esta autora observa, ainda, que os trabalhadores técnicos eram importados, pois não existia no Brasil força de trabalho qualificada para realizar trabalho no setor industrial (ROMANELLI, 2006).

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: Da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**, Cortez, São Paulo, 1980.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. **A Vitória da Razão? O IDORT e a Sociedade Paulista**, Marco Zero, São Paulo, 1993.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**, Pontes, Campinas, 1988.

CORIAT, B. **O Taylorismo e a Expropriação do Saber Operário**, in Sociologia do Trabalho - Organização do Trabalho Industrial - Antologia, Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensar pelo Averso**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**, Autores Associados, Campinas, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, Unesp, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo**, Unesp, São Paulo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1939, Historiografia e História**, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas, São Paulo**, Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**, São Paulo, Edusp, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**, São Paulo: Loyola, 1994.

HELOANI, José Roberto, **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado; História da Manipulação Psicológica no Mundo do Trabalho**. Atlas, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Organização do Trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar**, Cortez, São Paulo, 2002.

IBANHES, Lauro Cesar. **O Discurso Político-Ideológico e o Projeto Racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT – na Década de 1930**, Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, UFSCar, 1992.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **PCNs, e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras**. Campinas, Átomo e Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_ & XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **O Liberalismo e o ideário republicano para a instrução pública**, In: Jose Claudinei Lombardi (ORG.), Temas de Pesquisa em Educação, Autores Associados, Campinas, 2003.

LEITE, Marcia de P. **O Futuro do Trabalho - Novas Tecnologias e Subjetividade Operária**, São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

MARX, K. **O Capital, Capítulo VI, Inédito**, São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MICHELLE, P. **Os Problemas da Mão-de-Obra Industrial**, in Sociologia do Trabalho - Organização do Trabalho Industrial – Antologia. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1985.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo**, EDUSF, Bragança Paulista, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**, Ed. Univ. de São Paulo, São Paulo, 1974.

NEVES, Lúcia Maria W. **O Empresariamento da Educação. Novos Contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 1990**, São Paulo, Xamã, 2002.  
\_\_\_\_\_. **A Nova Pedagogia da Hegemonia, Estratégias do capital para educar o consenso**. Xamã. São Paulo, 2005.

NEVES, Lúcia Maria W. **Educação e Política no Limiar do Século XXI**, Autores Associados, Campinas, 2000.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, Trabalho e Educação**, Alínea, Campinas, 2004.

PICHELI, Valdir. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**, Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas, 1997.

RAGO, Luzia Margareth e MOREIRA, Eduardo, F. P. **O que é Taylorismo**, Brasiliense, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **Historia da Educação Brasileira**, A Organização Escolar, Autores Associados, Campinas, 2003.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política, In: Kowarick, Lúcio: **As Lutas Sociais e a cidade**, Paz e terra, São Paulo, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil**, Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

SANFELICE, José Luís. **Globalização, Pós-Modernidade e educação, história, filosofia e temas transversais**, Autores Associados, Campinas, 2003.

SADER, Eder. **Do Anarquismo ao Comunismo de Estado**, in: Movimento Operário Brasileiro, 1900/1979, Veja, Belo Horizonte, 1980.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Pettrilli. **Taylorismo: Uma análise Crítica**; In: Bruno, Lucia. **Organização, Trabalho e Tecnologia**, Atlas, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ferrovias e Ferrovários**, Autores Associados & Cortez, Campinas/São Paulo, 1982.

SIMONSEN, Roberto. **Rumo à Verdade**, São Paulo, Editora Ltda., 1933.

SIMONSEN, Roberto. **O Trabalho Moderno**, In: A Margem da profissão. São Paulo Editora, São Paulo, 1932.

TENCA, Álvaro. Razão e Vontade Política: O Idort e a grande indústria nos anos 30, Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 1987.

\_\_\_\_\_. Senhores dos trilhos; racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do curso de ferroviários da antiga paulista, São Paulo, Unesp, 2006.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZANELLA, José Luiz. **O trabalho como princípio educativo do ensino**, Tese Doutorado, FE/Unicamp, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**, Cortez: CDAPH-IFAN, São Paulo, 2000.

WOMACK, James P., JONES, Daniel T. & ROOS, D. **A Máquina que Mudou o Mundo**,

Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1992.

VARGAS, N. **Organização do Trabalho e Capital um Estudo da Construção Habitacional**, Rio de Janeiro: mimeografado, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985